

Entrevista a Cláudia Garradas

A Cláudia é cá da Malta!

Cláudia Garradas vive entre Portugal e Malta desde 2013. Museóloga e investigadora, trabalha sobre museus marítimos e narrativas do Mediterrâneo, interrogando aquilo que os museus mostram, e aquilo que preferem não mostrar.

Texto e grafismo: Cláudia Pinto Ribeiro | Fotografia: Cláudia Garradas



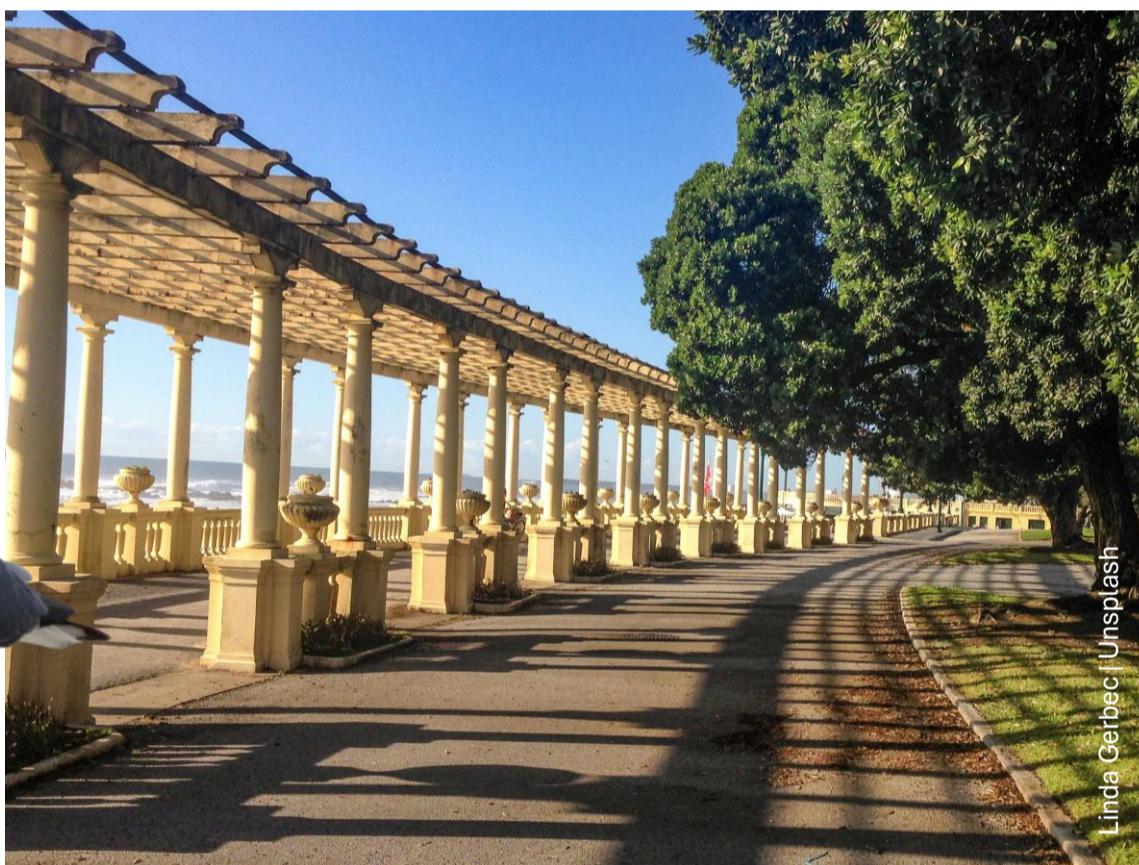
Valletta, Malta. Cidade fortificada, porto estratégico e palco privilegiado de narrativas identitárias. Aqui, o Mediterrâneo é simultaneamente paisagem, herança e fronteira.



Michail Tsapias | Unsplash

“Postal ilustrado”

Em Malta, a oferta cultural assenta sobretudo no património histórico e arqueológico, com fortificações, palácios, museus e sítios concentrados em Valeta e nas Três Cidades. A Ordem de São João de Jerusalém – conhecida como Ordem de Malta desde 1530 – e o legado da presença britânica continuam a orientar a leitura do passado e a sustentar o turismo cultural.



Linda Geibec | Unsplash

Viver em Malta

“Viver em Malta teve um impacto profundo na minha vida profissional e pessoal. A ideia inicial era ficar apenas alguns anos... Mas a vida foi desenhando outro percurso e acabei por ficar. Durante muito tempo, senti-me a viver entre dois lugares, com um pé cá e outro lá, e com aquela pergunta silenciosa a acompanhar-me: **afinal, onde é “casa”?**”



Cláudia Garradas

Cláudia Garradas é investigadora em Museologia, com um percurso que cruza o trabalho académico, a prática museológica e uma forte dimensão internacional. Formada em História da Arte pela Universidade do Porto, especializou-se em Museologia e iniciou a sua atividade profissional como museóloga em 1997.

Atualmente, desenvolve um doutoramento em Museologia (FLUP) sobre museus marítimos e narrativas culturais no Mediterrâneo.



Um mar que nunca foi uma história só

O Mediterrâneo aparece muitas vezes como o “berço da civilização” e lugar de encontro entre culturas. Mas, na prática, está longe de ser uma unidade cultural estável. É um espaço historicamente desigual e hoje intensamente fragmentado e disputado, onde pertença, memória e mobilidade se tornam campos de tensão.

É precisamente aí que a investigação da Cláudia se instala: **no Mediterrâneo como paradoxo**. Um mar de contacto, circulação e hibridização, e, ao mesmo tempo, uma fronteira contestada e, por vezes, letal. O foco está em perceber o que é que os museus tornam visível quando expõem o Mediterrâneo, e, sobretudo, o que é que deixam de fora. Através da análise de três museus marítimos nacionais, em Malta, Israel e

Argélia, Cláudia Garradas observa o modo como as narrativas expositivas produzem identidades, legitimam pertenças e traçam fronteiras simbólicas, entre mito fundacional e história social, entre herança celebrada e mobilidade precarizada.

A “identidade mediterrânea” não é descoberta: é **produzida** por decisões expositivas – objetos, mapas, legendas, línguas, ausências.

A dimensão comparativa é central e deliberadamente descentrada. O recorte tricontinental permite questionar leituras eurocêntricas e tornar mais legíveis as assimetrias que atravessam o património mediterrânico.

Museu Marítimo de Malta. Segundo Cláudia Garradas, os museus marítimos continuam relativamente periféricos na literatura museológica.



Cláudia Garradas

Também o **método** assume essa tensão: o trabalho de campo é profundo em Malta, parcial em Haifa, condicionado pelo conflito iniciado em 2023, e marcado por uma ausência significativa na Argélia, onde o acesso institucional não foi concedido. Essa ausência não é apagada; é integrada como dado analítico, revelando como o poder, o acesso e a opacidade fazem parte das políticas de acesso ao património e condicionam a construção do conhecimento.

No centro da investigação estão três grandes eixos: a construção de imaginários mediterrânicos nos museus; o papel do mar como rota, ambiente e espaço simbólico; e os desafios do presente – migração, fronteiras, legado colonial, desigualdade – que atravessam estas narrativas. O que está em causa não é apenas o passado, mas o modo como os museus marítimos podem hoje funcionar como **espaços de responsabilidade pública**, onde encontro e exclusão coexistem.



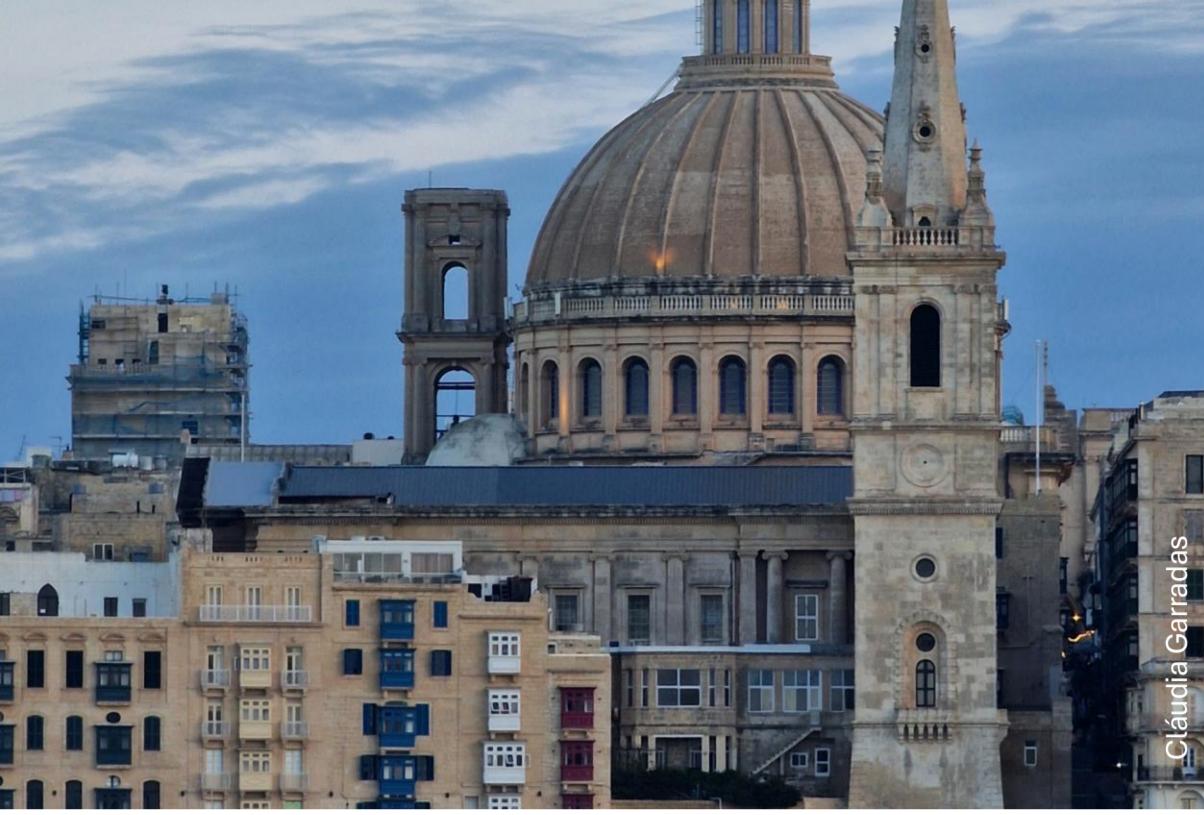
Se a terra tende a ancorar pertenças, é muitas vezes o mar que obriga a interrogar identidades.

O mar não é só paisagem

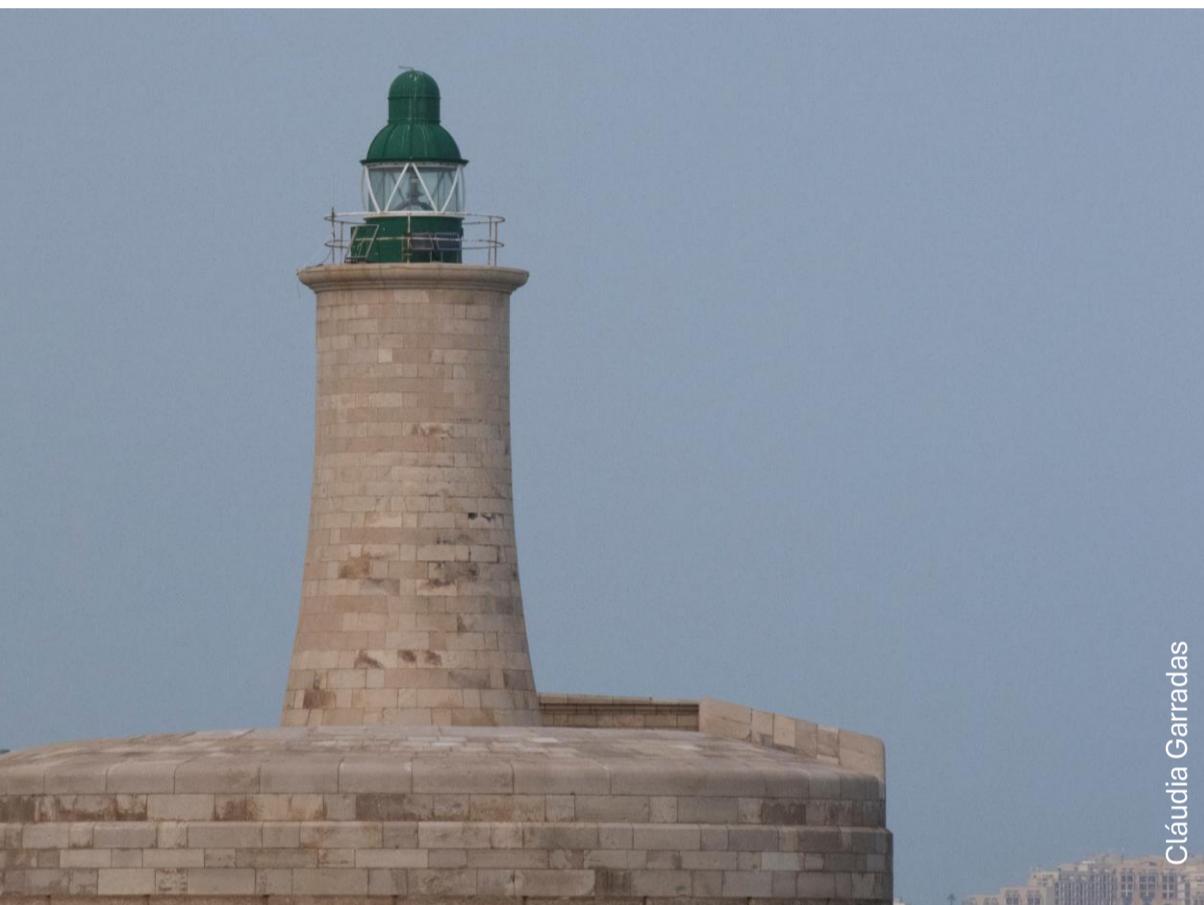
Na sua investigação, Cláudia Garradas defende que património e museus podem, e devem, funcionar como plataformas públicas de leitura das fronteiras. Não apenas como linhas no mapa, mas como relações, infraestruturas e regimes de visibilidade que determinam quem pode circular, quem é acolhido e quem é silenciado. Pensar o Mediterrâneo “como método” implica olhar o mar

ao mesmo tempo como arquivo e como **fronteira líquida**: espaço de contacto e trabalho, mas também de vigilância, exclusão e desaparecimento.

Neste contexto, as omissões não são neutras. Silenciar migração, império, raça ou trabalho faz parte das políticas de memória que os museus ajudam a estabilizar, ou a questionar. Daí a importância de ativar ferramentas que permitam dialogar com o presente: história oral, co-curadoria, arquivos ativistas, dispositivos que tornem visíveis ausências e responsabilidades, estratégias participativas que abram espaço a outras vozes.



**Viver numa ilha muda
o tamanho do
horizonte.**



O caso de Malta é particularmente revelador. O formato de exposição-protótipo permite testar abordagens a temas sensíveis sem fechar a narrativa, mas expõe também os seus limites: quando a migração surge concentrada num único objeto de forte impacto emocional, corre-se o risco de produzir emoção sem contexto. É a partir dessa tensão que a autora propõe uma museologia de consciência e responsabilidade pública, não para substituir património por agenda, mas para complexificar o património, transformando presenças e silêncios em matéria de interpretação e debate.



Três objetos. Três travessias. Três maneiras de fabricar memória.

Estes três objetos integraram a exposição *An Island at the Crossroads* (Malta Maritime Museum). Para esta entrevista, a Cláudia foi convidada a selecionar algumas peças. A escolha funciona como um pequeno atlas: uma bola, por condensar num vestígio mínimo a fronteira marítima do presente, um diário ilustrado que expõe a mobilidade como lazer uma âncora romana e o Mediterrâneo multirreligioso que ela evoca. Em conjunto, mostram como o **museu transforma coisas em narrativa**, e como essa narrativa, por vezes, apaga aquilo que não cabe.



Manuscrito ilustrado de Fanny Bunbury

Data/periodo: 1872 (visita a Malta no inverno de 1871–1872).

O que representa: diário ilustrado de duas viajantes britânicas onde Malta aparece como destino de lazer, sociabilidade e património no Mediterrâneo do século XIX.

O que fica invisível: as condições que tornam esta mobilidade possível – classe, dinheiro, passaporte imperial e rotas protegidas – e o trabalho local que sustenta esse “tempo livre”. Outras vozes femininas e outras mobilidades sem arquivo ficam fora do registo, e por isso fora da memória.

Stock de âncora romana em chumbo, com a inscrição “Ísis e Serápis”

Data/periodo: séc. I d.C. (c. 60 d.C.). Descoberta em 2005 ao largo da Ilha de São Paulo (baía de Qawra, Malta).

O que representa: vestígio frequentemente interpretado como evidência do naufrágio paulino e como suporte material de uma memória coletiva: a fundação da cristianização do arquipélago e, por extensão, uma origem identitária.

O que fica invisível: a inscrição “Ísis e Serápis” aponta para um Mediterrâneo multirreligioso e identidades em camadas, mas é muitas vezes secundarizada por uma leitura cristã linear. Sem leitura crítica, o vestígio confirma uma origem; com leitura crítica, revela as escolhas que a fabricam.



Bola saltitona (“Bouncy Ball”)

Data/periodo: 2013 (recuperada num resgate ao largo de Malta).

O que representa: uma bola infantil de borracha rosa, banal e produzida em massa, alegadamente usada por uma criança como flutuação improvisada durante uma travessia. Exposta isoladamente na secção “The Future?”, transforma brincadeira em sobrevivência e torna-se sinal material da fronteira mediterrânea contemporânea.

O que fica invisível: as condições estruturais da travessia – rotas, redes, regimes de controlo – e sobretudo as vozes e biografias de quem atravessa. Sem diálogo com outras travessias do museu, o objeto arrisca produzir emoção sem contexto: mais sinalização do que integração histórica e política.